

Movimentos sociais e políticas públicas direcionados às pessoas surdas: uma viagem pela história

Social movements and public policies directed to deaf: a journey through history

Movimientos sociales y políticas públicas dirigidas a las personas sordas: un viaje por la historia

DOI: 10.54901/educa.v9-401

Luana Arrial Bastos¹
Prof. Dr. Guilherme Nunes Nogueira Neto²

RESUMO: A evolução histórica dos fatos nos Âmbitos Nacionais e Internacionais, com atos isolados ou em grupos de pessoas envolvidas contra a segregação das pessoas com surdez e suas reivindicações na participação, integração, autonomia e direitos, mostra que conquistas foram alcançadas. Este artigo apresenta uma análise histórica das ações, movimentos, legislações gerais mundiais dos Marcos Legais que corroboraram com as Políticas Públicas direcionadas às pessoas surdas no Brasil. Percebeu-se que a preocupação, conscientização e comprometimento com temas referentes a surdez, ou outra deficiência, sofreram mudanças por posicionamentos de uma ou várias pessoas que se interessaram ou eram comprometidas, direta ou indiretamente, com pessoas e estudiosos que, de alguma forma, foram compelidos a pesquisar e aprimorar-se os temas. Os resultados mostraram as inúmeras pessoas de diversos países, as quais protagonizaram nos olhares e compreensão da surdez e do “ser surdo” sendo essas preocupações e comprometimentos, durante os séculos XVI ao XIX, o estopim para criações de entidades, congressos, convenções, Estatutos, Políticas Nacionais, decretos e leis nos séculos XX e XXI contribuindo para o entendimento da diversidade do “ser Surdo”, da surdez e das Pessoas com Deficiência. Entender e reconhecer que os resultados desses olhares repercutem até os dias atuais formando a História não só de um determinado grupo de pessoas, mas de toda a população Nacional e mundial, não importando se essas se encaixam no grupo de pessoas com deficiência, aparente ou não, surdos, cegos, videntes e ouvintes, pois o bem-estar “é” e “deve” ser para a sociedade como um todo.

Palavras-chave: história; pessoas com deficiência; surdez; legislação; políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

O tempo é primordial no estudo da história, pois além de situar os acontecimentos, proporciona respostas e compreensão do presente (Strobel, 2009). Há casos em que a simples referência ao século no qual ocorreu um fato é suficiente; em outros, pode ser necessário especificar o ano; e, certos casos, é preciso pontualmente explicar o mês e/ou até mesmo o dia.

¹ Doutoranda em Tecnologia em Saúde, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: lu.ar.rial@hotmail.com

² Doutor em Engenharia Elétrica, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: nogueira.g@pucpr.br

A construção de uma linha de tempo propicia maior clareza da sucessão dos fatos históricos. A investigação desses fatos permite ter o panorama de todos os acontecimentos, ações, manifestações, legislações dos marcos legais (Vicentino, 1994) que corroboraram com as Políticas Públicas, aqui, direcionadas às pessoas surdas e com deficiência.

Segundo Rodrigues (2021), a História dos surdos se funde à História da Educação de surdos, por isso, não há como apartar esses temas, principalmente, ao se apresentar uma cronologia dos fatos. De acordo com Strobel (2009), a história dos surdos é dividida em três grandes fases: (i) Revelação Cultural, na qual a maioria dos sujeitos surdos dominava a arte da escrita e há evidência de que antes do Congresso do Milão havia muitos escritores, artistas, professores e outros sujeitos surdos bem-sucedidos; (ii) Isolamento Cultural, ocorrido após o Congresso de Milão de 1880, quando houve a proibição do acesso à Língua de Sinais, ocorrendo uma fase de isolamento da Comunidade Surda que resista à imposição da Língua Oral; (iii) Despertar Cultural, em que depois de muitos anos de opressão ouvintista das pessoas surdas, renasce a aceitação da Língua de Sinais e a Cultura Surda.

Para entender o transcurso da Legislação relativa ao surdo e a surdez é necessário conhecer a trajetória da Comunidade Surda, que indica segregações, perseguições e exclusões no direito de viver (Miranda, [s.d.]) e não se pode desatrelar esse transcurso do indivíduo surdo à jornada das ações, conquistas e presença dos tradutores intérpretes da Língua de Sinais.

Nos últimos 50 anos, estudos e discussões sobre a surdez, sua Legislação, Políticas Públicas e Educação foram ampliadas por profissionais e estudiosos envolvidos com a Educação de surdos, Linguistas e pesquisadores da Área de Letras e Tradução. Ações envolvendo essas áreas trazem avanços na história e Direito dos surdos em se expressarem em Língua de Sinais, mas ainda a falta do reconhecimento da importância dos trabalhos dos tradutores intérpretes.

Há um olhar sobre o surdo e sua história; contudo, faltava, ainda, uma pesquisa que apresentasse um compilado dos feitos envolvendo seus autores, situando-os em locais, datas para uma compreensão de toda trajetória até o momento atual e, esse, com viés analítico descritivo. Conhecer o contexto, do que denominam Luta Surda e como os surdos e a sociedade se posicionam e se colocam no ambiente dos ouvintes e suas identidades, propicia novas pesquisas e aprofundamento no tema que vai além da especificidade biológica que, em sua maioria, abarca experiências sociais do indivíduo.

Assim sendo, busca-se, neste artigo, realizar uma análise descritiva de dados referente aos acontecimentos, pessoas envolvidas, iniciativas e marcos legais que ocorreram do século

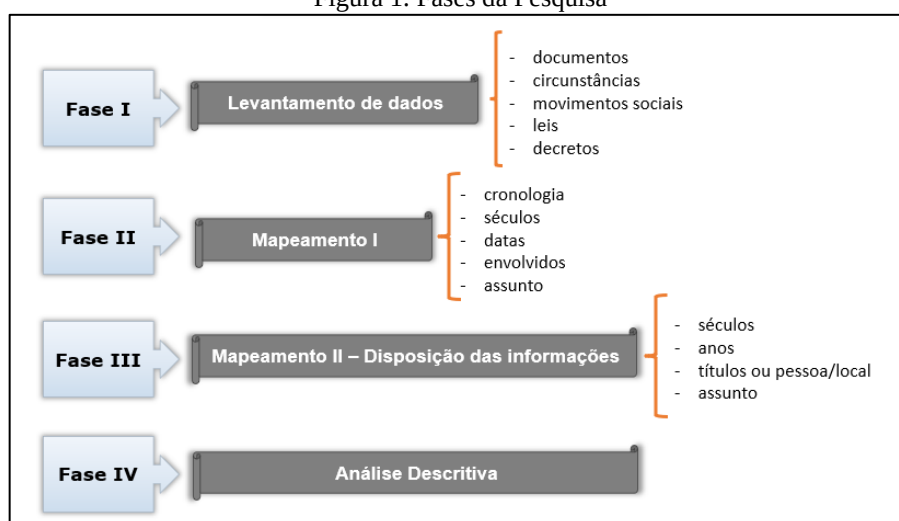
XVI até os dias de hoje; e as legislações propriamente ditas, que corroboraram com as Políticas Públicas direcionadas às pessoas surdas e com deficiência auditiva.

2 MÉTODO

O estudo desenvolvido constitui em uma pesquisa descritiva analítica do período abrangido entre os séculos XVI e XXI, por meio de levantamento de dados cronológicos de circunstâncias, documentos, movimentos sociais, leis, decretos, locais, datas e envolvidos relacionados às ações referentes às Pessoas com Deficiência e, principalmente, aos Surdos e aos deficientes auditivos. Após esse levantamento, apresenta-se uma análise descritiva dos fatos históricos.

Desta forma, implementou-se o mapeamento e a divisão dos dados em quatro quadros dispostos em quatro colunas: (i) século; (ii) ano; (iii) título ou pessoa/local e (iv) assunto (Figura 1).

Figura 1. Fases da Pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores.

O foco da pesquisa é, primordialmente, o contexto do surdo e sua Comunidade no Brasil. Para entender e ter a percepção de toda a situação das Políticas Públicas desses, abrangeu-se os fatos históricos ocorridos desde a Idade Moderna até a Idade Contemporânea apresentando os personagens e localidades no mundo. Para uma compreensão de como eram vistos os surdos, antes de apresentar os quadros, elaborou-se um pequeno prefácio nas Idade Antiga e Idade Média.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SURDOS NO TEMPO HISTÓRICO

Segundo Miranda [s.d], os surdos sofreram segregações, perseguições e exclusões no direito de viver na trajetória da Comunidade surda. Em Roma, na Idade Antiga, os surdos eram abandonados, pois os consideravam pessoas castigadas ou enfeitiçadas. Na China (483 a.C.), os surdos eram lançados ao mar e as crianças surdas, assim como os deficientes, eram condenadas à morte. Na Grécia (384 a.C.), os surdos, também, eram condenados à morte, pois eram considerados um incômodo para a sociedade e tratados como incapazes e insensíveis. No entanto, os persas consideravam os surdos privilegiados, acreditavam que eles se comunicavam em segredo com os deuses (Strobel, 2009).

A Igreja Católica, na Idade Média, proibia os surdos receberem comunhão por serem incapazes de confessar seus pecados e, legalmente, eram privados a receberem heranças. Por milhares de anos os surdos-mudos foram considerados estúpidos e, também, incapazes e ignorantes pela lei, logo eram inaptos de herdar bens, contrair matrimônio, receber instrução, ter um trabalho, adequadamente, estimulante (Sacks, 2010, p. 20) negando-se-lhes direitos humanos fundamentais. Evidencia-se, dessa forma, o caráter depreciativo e inadequado do termo e a importância de seu esclarecimento (França; Ono, 2011).

Somente na Idade Moderna, iniciaram-se estudos nos quais percebeu que a surdez e a ausência da fala estavam relacionadas; daí em diante, passou-se a utilizar o termo “surdo-mudo” para designar o indivíduo surdo (Strobel, 2009). Neste período, os filósofos e religiosos inquietavam-se com a Educação dos surdos, principalmente, com os surdos que pertenciam à nobreza. Estes passavam por “duros processos de ‘normalização’ para aprender a falar, escrever, fazer cálculos, rezar, assistir às missas e confessar-se utilizando a palavra oral” (Oliveira, 2014, p. 205).

Os primeiros educadores, que estavam à frente da Comunidade Surda, surgiram somente no século XVI, dando início a aparições de outros professores que desenvolveram, de modo independente, trabalhos com os surdos (Strobel, 2009; Miranda, [s.d]).

3.1 Períodos, Anos, Implicados e as Ações

Nos séculos XVI a XVIII, há uma sequência de ações individuais e grupos intrigados em entender e conhecer as peculiaridades do ser surdo e seu modo de comunicação. Ainda com atos isolados, mas significativos para a construção do conhecimento sobre a comunicação e o desenvolvimento de uma pessoa surda entre os ouvintes.

Pessoas de países distintos fundamentaram o processo de Ensino de surdos iniciando o desenvolvimento de métodos de comunicação e, em alguns casos, entendendo o modo imagético de sua Língua sinalizada; de como ensinar os surdos a entender e identificar sua Identidade.

No quadro 1, detalha-se os acontecimentos e ações ocorridas nos séculos XVI, XVII e XVIII.

Quadro 1. Evolução Histórica entre os séculos XVI a XVIII

	ANO	TÍTULO ou PESSOA	ASSUNTO
SÉCULO XVI	1501-1576	Girolamo Cardano (*1501 - †1576)	Cardano - médico e filósofo italiano - reconhecia a habilidade do surdo e o uso da Língua de Sinais. Afirmou que “...a surdez e mudez não é o impedimento para desenvolver a aprendizagem e o meio melhor dos surdos de aprender é por meio da escrita... e que era um crime não instruir um surdo-mudo” (Strobel, 2009).
	1520 - 1584	Pedro Ponce de Leon (*1520 – †1584)	O monge Ponce de Leon – em um monastério de Valladolid (Espanha) criou a primeira Escola para Surdos. Ensinou dois irmãos surdos integrantes de uma importante família Aristocrática Espanhola, Francisco e Pedro Velasco. Ponce de Leon usou o método de ensino a datilologia (Vicentino, 1994), escrita e oralização, criando, mais tarde, a escola para professores de surdos, mas como não publicou nada em sua vida seu método foi esquecido após sua morte. Nesta época, só os surdos que conseguiam falar tinham direito à herança.
	1579 - 1623	Juan Pablo Bonet (*1573 – †1633) Fray de Melchor Yebra (*1526 – †1586)	Bonet, foi um padre espanhol, educador e pioneiro na Educação de surdos, iniciou a Educação com outro membro surdo da família Velasco, Dom Luís, por meio de sinais, treinamento da fala e o uso de alfabeto datilológico teve tanto sucesso que foi nomeado pelo Rei Henrique IV como “Marquês de Frenzo”. Bonet publicou o primeiro livro sobre a Educação dos surdos em 1620, em Madrid, com o título Redução das Letras e Arte de Ensinar a Falar os Mudos. Foi educador de Luís Velasco, um surdo, filho de Juan Fernandez Velasco, Condestável de Castela, para quem Bonet era secretário particular. Em Madrid, Yebra escreveu o livro chamado “ <i>Refugium Infirmorum</i> ”. Esse livro descrevia e ilustrava o alfabeto manual da época. Em 1613 Bonet defendia, também, o ensino precoce de alfabeto manual aos surdos.
SÉCULO XVII	1644	John Bulwer (*1606 – †1656)	Foi médico britânico, famoso pelos seus estudos sobre surdos. Ao observar dois surdos conversando, em Língua gestual, Bulwer entendeu que a Língua gestual era essencial na Educação dos surdos. Assim, foi o primeiro inglês a desenvolver um método de comunicação entre ouvintes e surdo. Ele publicou “A Linguagem Natural das Mãos”, onde preconiza a utilização de alfabeto manual, Língua de Sinais e leitura labial, ideia defendida pelo George Dalgarno anos mais tarde.
	1648		Bulwer publicou “ <i>Philocopus</i> ” afirmando que a Língua de Sinais era capaz de expressar os mesmos conceitos que a Língua Oral.

SÉCULO XVIII	1680	George Dalgarno (*1626 – †1687)	Foi um intelectual inglês, autor de <i>“Didascalocophus”</i> que propôs um sistema linguístico totalmente novo para uso de mudos surdos. O sistema ainda é usado nos Estados Unidos.
	1701 - 1741	Johann Konrad Ammann (*1669 – †1724) Jacob Rodrigues Pereira (*1715 – †1780)	Foi um médico suíço e educador de pessoas surdas. O primeiro a chamar a atenção para o seu método em seu <i>Surdus loquens</i> - O surdo falante (Amsterdã, 1692) que foi, muitas vezes, reimpresso e foi reproduzido por John Wallis em <i>Philosophical Transactions</i> (1698). Seu método de educação serviu de base para a construção do modelo alemão de ensino aos surdos, usado por Heinicke (Ammann recorria ao uso do paladar para ensinar os sons das letras) (1724 – 1811). Português, oralizou sua irmã surda. Usou o Ensino de fala e de exercícios auditivos com os surdos. Provavelmente, foi o primeiro professor de surdos na França.
	1755 - 1787	Samuel Heinicke (*1727 – †1790) Charles Michel de L’Epée ³ (*1712 – †1789)	Iniciou as bases da filosofia oralista. Conhecido como “Pai do Método Alemão” – Oralismo puro. Publicou uma obra “Observações sobre os Mudos e sobre a Palavra” e em 1778 fundou a primeira escola de oralismo puro em Leipzig. Iniciou com 9 alunos surdos, ensinando-os usando um processo fácil e lento de fala por meio da voz clara e com diferentes inflexões para a capacitação e compreensão. Era abade e conheceu duas irmãs gêmeas surdas, em Paris, que se comunicavam por meio de gestos. Manteve contato com os surdos carentes e humildes. Aprendeu o meio de comunicação desses surdos levando os primeiros estudos sérios sobre a Língua de Sinais. L’Epée recebeu muita crítica pelo seu trabalho, principalmente dos educadores oralistas. Ele fundou a primeira escola pública para os surdos “Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris” e treinou inúmeros professores para surdos.
	1760	Thomas Braidwood (*1715 – †1806)	Abriu a primeira escola para surdos na Inglaterra, ele ensinava aos surdos os significados das palavras e sua pronúncia, valorizando a leitura orofacial.
	1789	Abade Sicard (*1742 – †1822)	Até este ano Abade L’Epée fundou 21 escolas para surdos na França e na Europa. Após sua morte, em 1789, o Abade Sicard é nomeado diretor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos em Paris e publicou: “A teoria dos gestos”, “Uma gramática geral” e um relato do treino de Jean Massieu (surdo).
	1794	Pierre Desloges (*1747 – †1799)	Na França, Desloges ficou surdo aos sete anos devido à Varíola. Aos 27 anos, aprendeu a Língua Gestual com um surdo Italiano. Ele foi o primeiro surdo a publicar um livro que defendia a Língua Gestual na Educação de surdos.

³ Charles-Michel de L’Epée nasceu em uma família abastada em Versailles, o mais poderoso reino da Europa. Estudou para ser padre Católico, mas foi-lhe negada à ordenação. Estudou Direito, mas pouco depois foi designado abade. L’Epée voltou a sua atenção para obras de caridade para os pobres.

SÉCULO XVIII	1800	Luigi Galvani (*1737 – †1798)	Galvani um físico italiano descobriu algo que ele denominou eletricidade animal que descreveu em sua obra " <i>De Viribus Electricitatis in Motu Musculari Commentarius</i> " diversos experimentos que estimulava nervos de rãs eletricamente e podia observar sua contração muscular.
		Alessandro Guiseppe Antonio Volta (*1745 – †1827)	Volta fazendo observações no trabalho de Galvani, realizou experimentos, concluindo que algo como eletricidade animal não existia, mas o que ocorria era que os metais utilizados na conexão dos nervos e músculos da rã geravam a eletricidade que causava as contrações. Volta concluiu que o princípio de excitação residia nos metais. Volta faz os primeiros estudos da estimulação elétrica do sistema auditivo. Ele não viveu para assistir a unidade elétrica fundamental, o volt, ser nomeado em sua homenagem em 1881.

Fonte: Adaptado de Strobel (2009), Bastos e Pimentel (2021) e Bastos (2022).

No século XIX, conforme descrito no quadro 2, surgem pesquisas das áreas da medicina e engenharia da época direcionadas a sistemas auditivos; contudo, estudiosos de outras áreas persistiam em entender e ensinar surdos a se comunicarem, alguns seguindo a vertente dos “gestos” e outros da oralidade.

Infelizmente em Milão, em 1880, o Congresso Internacional de Surdo-Mudez Organizado, patrocinado e conduzido por profissionais especializados ouvintes na área da surdez defensores do oralismo puro, o método oral foi votado o mais adequado a ser usado pelas Escolas de surdos e a Língua de Sinais foi, oficialmente, proibida.

Quadro 2. Evolução Histórica no século XIX

	ANO	TÍTULO ou PESSOA	ASSUNTO
	1802	Jean Marc Gaspard Itard (*1774 – †1838)	Gaspard Itard cirurgião, tornou-se médico residente no Instituto Nacional de Surdos de Paris. Defendia que só diminuindo o grau da surdez é que o surdo teria acesso ao conhecimento.
	1806	Laurent Clerc (*1785 – †1869)	Em 1806 foi contratado como professor nos Estados Unidos, onde seu trabalho foi reconhecido de fato. Perdeu a audição com 1 ano de idade e durante 11 anos não tinha nenhuma forma de comunicação sistemática. Em 1797, começou a frequentar o Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris.
	1814	Thomas Hopkins Gallaudet (*1787 – †1851) Alice Cogswell (*1805 – †1830)	Gallaudet conheceu Alice Cogswell, a filha surda de nove anos de um vizinho quando retornou à casa de seus pais em Hartford. Após conhecê-la resolveu dedicar-se ao Ensino de surdos, viajando para vários países procurando métodos.
	1815	Promoção da Educação dos Surdos	Thomas Gallaudet foi intérprete de Laurent Clerc (surdo francês que viveu nos Estados Unidos para promover a Educação de surdos)
	1817	Jean Massieu (*1772 – †1846)	Foi um dos primeiros professores surdos do mundo. Nasceu em Semens, França.

	1825	Auguste Bébien (*1789 – †1839)	Dedicou-se ao estudo do Sistema, de Educação, dos surdos, ele direcionou seus esforços para descobrir os gestos que definiam MELHOR a expressão da ideia do surdo. Bébien foi o primeiro ouvinte a utilizar a Língua de Sinais Francesa.
	1840	Ferdinand Berthier (*1803 – †1886)	Foi educador de surdos e um dos grandes defensores da Cultura e da Identidade das pessoas surdas. Criticou o método de L'Epée, pois para ele, em nome do ensino da escrita correta, eram realizadas deformações na linguagem de sinais, modificações que acabavam por torná-la estranha aos próprios surdos.
	1846	Alexander Melville Bell (*1819 – †1905) Invenção de um código de símbolos chamado “Fala visível” ou “Linguagem visível”.	Professor de surdos, Alexander Melville Bell, pai de Alexander Graham Bell, inventou um código de símbolos chamado “Fala visível” ou “Linguagem visível”. Utilizava o sistema de repetição dos movimentos e dos sons indicados pelo professor, usando desenhos dos lábios, garganta, língua, dentes e palato.
	1854	Criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos José Álvares de Azevedo (*1834 - †1854)	O jovem cego de nascimento que estudou seis anos na famosa <i>Institution Imperiale des Jeunes Aveugles</i> , de Paris, José Álvares de Azevedo, ao chegar no Brasil em 1850, foi professor de História no colégio do Barão de Tautphoeus. Ele publicou vários artigos em jornais sobre o instituto de Paris (Guerreiro, 2007) iniciou o projeto de estabelecer uma escola direcionada aos cegos no Rio de Janeiro. O decreto nº 1.428, de 12 de setembro, desembolsar verbas para a criação do instituto foi conferida pelo decreto n. 781, de 10 de setembro de 1854, o qual determinou que o Imperial Instituto dos Meninos Cegos tinha por atribuição ministrar a Educação primária e secundária, Educação Moral e Religiosa, Ensino de Música, assim como, alguns ofícios fabris (Guerreiro, 2007).
	1855	Chegada ao Brasil de Ernest Huet ⁴ (*1822 – †1882)	Professor surdo com experiência de mestrado e cursos em Paris, chega ao Brasil com a intenção de abrir uma escola para pessoas surdas. Foi convidado pelo Imperador Dom Pedro II.
	1857	Inauguração do Instituto dos Surdos-Mudos ou Collégio Nacional para Surdos-Mudos, no Rio de Janeiro	Esta inauguração foi de caráter privado no dia 1º de janeiro, seu objetivo era oferecer Educação Intelectual, Moral e Religiosa aos surdos de ambos os sexos. Por ser concedido subvenção anual e pensões aos alunos surdos pobres pela promulgação da Lei nº 939 de dia 26 de setembro, a referida data foi considerada com a da fundação do Instituto.
	1859	Problemas no Instituto dos Surdos-Mudos ou Collégio Nacional para Surdos-Mudos, no Rio de Janeiro	Há relatos de problemas econômicos e disciplinares ocorrendo confrontos entre Ernest Huert e o Miguel Calmon du Pin e Almeida, o Marquês de Abrantes, sucedendo a sua exoneração da presidência, assumindo o Marquês de Olinda (Cabral, 2015).
	1861	Saída do Ernest Huet do Brasil	Por motivos pessoais, deixa o Brasil para lecionar os surdos no México. INES foi dirigido por Frei João do Monte do Carmo, que abandonou o cargo e foi substituído por Ernesto do Prado Seixas.
	1862	Mudança gestão do Instituto dos Surdos-Mudos ou Collégio Nacional para Surdos-Mudos, de ambos os sexos	Mesmo sem experiência na Educação dos Surdos, foi contratado para diretor desta instituição o Dr. Manoel Magalhães Couto.

⁴ Ernest Huet - Nascido em Paris, pertencia a uma família nobre na França. Em sua adolescência já falava as Línguas Portuguesa e Alemã; aos 12 anos teve sarampo acarretando-lhe surdez e, mesmo surdo, conseguiu aprender a Língua Espanhola e começou a estudar no Instituto Nacional de Surdos de Paris (Bastos; Pimentel, 2021, p.36).

SÉCULO XIX	1864	Em Washington – EUA Thomas Hopkins Gallaudet (*1787 – †1851) Edward Miner Gallaudet (*1837 – †1917)	Foi criada a primeira Universidade Nacional para Surdos, a “Universidade Gallaudet”. Um sonho de Thomas Hopkins Gallaudet concluído pelo filho, Edward Miner Gallaudet.
	1867	Alexander Grahm Bell (*1847 – †1922)	Dedicou-se aos estudos sobre acústica e fonética nos Estados Unidos.
	1868	Mudança no Instituto dos Surdos-Mudos Collégio Nacional para Surdos-Mudos	Demissão do Dr. Manoel Magalhães. A direção foi assumida pelo Sr. Tobias Leite, após inspeção governamental.
	1872	Abertura da Escola para treinar os professores de surdos em Boston	Graham Bell abriu, em Boston, sua própria escola para treinar os professores de surdos. Publicou o livreto do seu método “O pioneiro da fala visível”, continuando o trabalho do seu pai. Foi sempre um grande defensor do oralismo e opositor da Língua Gestual.
	1873	Alexander Grahm Bell (*1847 – †1922)	Ministrou aulas de Filosofia da Voz para surdos na Universidade de Boston, onde conheceu a surda Mabel Gardiner Hubbard com quem se casou em 1877.
		Decreto nº 5.435, de 15 de outubro	Foi aprovado novo regulamento para o Instituto dos Surdos-Mudos , o qual ficou vigente até a República. Como recurso humano o instituto teria: diretor; capelão; médico; escriturário; roupeiro; despenseiro; serventes; 1 inspetor para cada turma de 25 alunos; um mestre de ginástica; dois professores de linguagem escrita; um de linguagem articulada e leitura dos lábios; um de Matemática; Geografia; História do Brasil e um de Desenho (Cabral, 2015).
	1875	Reprodução do primeiro dicionário de Língua de Sinais no Brasil	Um ex-aluno do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos , Flausino José da Gama, aos 18 anos, reproduziu “ <i>Iconografia dos Signaes dos surdos-mudos</i> ”, o primeiro dicionário de Língua de Sinais no Brasil.
	1880	Congresso Internacional de Surdo-Mudez , em Milão Itália	Organizado, patrocinado e conduzido por profissionais especializados ouvintes na área da surdez defensores do oralismo puro. Nesse congresso o método oral foi votado o mais adequado a ser usado pelas escolas de surdos, e a <u>Língua de Sinais foi proibida oficialmente</u> .
		Nos EUA Gardiner Hubbard ⁵ , entre outros	Idealização da criação da escola oralista para surdos.
		Clubes de futebol para surdos	Fundação dos primeiros clubes de futebol de surdos na Escócia

Fonte: Adaptado de Strobel (2009), Bastos e Pimentel (2021) e Bastos (2022).

⁵ Gardiner Grenee Hubbard um dos fundadores e primeiro presidente da Sociedade *National Geographic*; fundador e, também, o primeiro presidente da *Telephone Company* de Bell, que mais tarde evoluiu para a AT & T, por vezes, a maior do mundo companhia telefônica; um dos fundadores da revista *Ciência* e um defensor da Educação Discurso Oral para os surdos. Uma de suas filhas, Mabel Gardiner Hubbard, casou-se com Alexander Graham Bell.

O século XX inicia com a vertente do oralismo puro para os surdos, mas as pesquisas sobre uma comunicação diferenciada para os surdos permanecem e, nos anos 1960, ressurgem as pesquisas linguísticas sobre a Língua de Sinais.

Inclui-se, no quadro 3, as diferentes terminologias utilizadas nos períodos, destacadas em negrito, quanto à nomenclatura adotada para se referir às Pessoas com Deficiência e aos surdos. Essas alterações ocorreram para que as pessoas não fossem vistas com olhar discriminatório ou pejorativo. O intuito foi não as associar como incapazes, refletindo os valores e conceitos entendidos como corretos à época (Sassaki, 2005), surgindo, nos anos 60, as primeiras pesquisas direcionadas às Línguas de Sinais Americanas (ASL). Esses seriam os primeiros lampejos, realmente, concentrados ao surdo entendendo que sua comunicação poderia ser distinta.

Quadro 3. Evolução Histórica e Legislações no século XX

	ANO	TÍTULO ou PESSOA	ASSUNTO
SÉCULO XX	1924	DEAFYMPICS - Comitê Internacional de Esportes para Surdos	Os primeiros Jogos realizados em Paris, foram também o primeiro evento esportivo para portadores de necessidades especiais . Originalmente, um evento de 148 atletas de países europeus cresceu para um movimento Europeu.
	1930	No Brasil	Fundação de Clubes Esportivos por pessoas surdas.
	1932	Antônio Edgard de Souza Pitanga (*1892 – †1940)	Escultor surdo, Pernambucano, formado pela Escola de Belas Artes premiado com: Medalha de Prata pela escultura “Menino Sorrindo”; Medalha de Ouro pela escultura “Ícaro” e ganhou uma viagem à Europa com a escultura “Paraguassú”
	1939/1945	Segunda Guerra Mundial	A surdez era considerada uma doença genética transmissível, portanto as escolas de surdos foram fechadas e os surdos levados para o Hospital Militar com a marca “G” ⁶ no ombro, para serem identificados.
	1945	24 de outubro Nações Unidas	Oficialidade das Nações Unidas, quando a Carta foi ratificada pela China, França, União Soviética, Reino Unido, Estados Unidos e por uma maioria de outros signatários.
	1948	Declaração dos Direitos Humanos – ONU	Em 10 de dezembro, a Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da resolução 217 A (III), adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
	1950/1960	Veteranos com deficiência (da 2ª Guerra Mundial)	Movimento pró-ambientes sem barreiras.
	1950	Fundação da primeira Associação de Surdos do Brasil	O Professor e médico, João Brasil Silvado Junior, entrou em contato com as Associações de Surdos dos países da Europa e fundou a primeira Associação de Surdos do Brasil do Rio de Janeiro.
			Primeiro padre surdo da América Latina e do Brasil.

⁶ O Regime Nazista, na Alemanha e nos territórios que ocupou durante a Segunda Guerra Mundial, perseguiu as Pessoas com Deficiência, incluindo surdos. Os surdos foram forçados a usar identificações ou marcados com a letra “G” que quer dizer *Gehörlos*, surdo em alemão.

SÉCULO XX	1951	Vicente de Paulo Penido Burnier (*1921 – †2009)	Nasceu em Juiz de Fora e foi ordenado padre no dia 22 de setembro. Durante três anos esperou a liberação para sua ordenação como sacerdote, pois na época era proibido a um surdo tornar-se padre.
	1957	Decreto Imperial Lei 3.198 de 06/07	O “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos” passou a se chamar “Instituto Nacional de Educação dos Surdos” - INES. A partir desse ano, o correto é usar SURDO e não mais SURDO-MUDO .
	Início dos anos 1960	Willian C. Stokoe (*1919 – †2000)	Stokoe realizou as primeiras pesquisas linguísticas sobre a Língua de Sinais Americana (CHOI <i>et al.</i> , 2011, p.16). Objetivo foi mostrar que os sinais “poderiam ser vistos como mais do que gestos holísticos aos quais faltava uma estrutura interna (STOKOE, 1960 <i>apud</i> CHOI <i>et al.</i> , 2011).
	1960	Em Roma – Itália	Primeira Edição dos Jogos Paralímpicos. Foram 400 inscritos de 23 países.
	1961	Lei nº 4.024 de 20/12 (LDBEN)	Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Termo “ Excepcionais ”.
		Jorge Sérgio L. Guimarães (*1933 – †1973)	Publicou o livro, em forma de crônicas, “Até onde vai o surdo”, narrando suas experiências de pessoa surda.
	1968	Parlamento Sueco	Decidiu que todos os surdos teriam acesso ao profissional intérprete livre de encargos diante de reivindicações da Associação Nacional de Surdos. Neste ano, também foi criado o primeiro curso de treinamento de intérprete organizado pela Associação Nacional de Surdos, junto à Comissão Nacional de Educação e à Comissão Nacional para Mercado de Trabalho.
	1969	Universidade Gallaudet (Washington – EUA)	O presidente da universidade decide manter a linguagem gestual no campus, conhecida como Comunicação Total, essa decisão foi, provavelmente, responsável pela sobrevivência da Língua de Sinais.
		Padre Eugênio Oates (*1915 – †2012)	Nascido nos EUA, publicou no Brasil o livro com 1258 sinais fotografados “Linguagem das mãos”.
	1971	Lei nº. 5.692 de 11/08	Fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, e dá outras Providências. Termo “ Deficiências Mentais ”.
	1974	Sistema de Escrita <i>Signwriting</i> Valerie Sutton (*1951)	Criado pela bailarina, Valerie Sutton, o <i>Signwriting</i> é uma escrita internacional e é o sistema de escrita da Língua de Sinais mais utilizado no mundo.
	1975	Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes ONU	Direitos das Pessoas com Deficiência .
	1976	Resolução nº 31/123 – ONU	Ano Internacional das Pessoas Deficientes .
	1977	Criação no Brasil da FENEIDA (Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos)	Composta apenas por pessoas ouvintes envolvidas com a problemática da surdez. Foi lançado o livro de poemas: “Ânsia de amar” do surdo Jorge Sérgio Guimarães, após sua morte.
	1979	Lucinda Ferreira Brito ⁷	Inicia estudos sobre a Língua de Sinais da Comunidade Surda urbana do Brasil – Libras.
	1980	Lucinda Ferreira Brito	Uma das precursoras nas discussões acerca do bilinguismo no Brasil.
	1981	Declaração de Princípios	Equiparação de Oportunidades.
	1982	Resolução nº 37/52 – ONU	Programa de Ação Mundial às Pessoas Deficientes .

⁷ Possui Graduação em Letras-Português (1971), Mestrado em Linguística (1974) e Doutorado na *Université de Paris IV* (1977).

	1983	Declaração de Cave Hill	Equiparação de Oportunidades.
	1984	Fundação da Confederação Brasileira de Desporto de Surdos – CBDS	Constituída pelas Federações, Associações e outras análogas de administração de esportes, todas com direitos iguais que, no território brasileiro, administrem de fato e de direito os esportes praticados entre surdos (art. 1º), sendo a única instituição de direção nacional reconhecida como dirigente exclusiva, regida pela legislação em vigor e por seu Estatuto.
		Lucinda Ferreira Brito	Identifica a existência da Língua de Sinais Kaapor Brasileira (LKSB). Língua usada por índios da floresta Amazônica, no Estado do Maranhão, Brasil.
	1985	Lei nº 7.405 de 12/11	Torna-se obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.
		Diretrizes e procedimentos para edificações e mobiliário à Pessoa Deficiente	Título: Adequação das Edificações e do Mobiliário à Pessoa Deficiente . Precursores da ABNT 9050.
	1986	Atriz surda Marlee Matlin (*1965)	Primeira atriz surda que ganhou o globo de ouro de melhor atriz dramática e o Oscar de melhor atriz (aos 20 anos, a mais jovem a ganhar o prêmio).
	1987	Fundação da FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos	Reestruturada da antiga ex-FENEIDA a FENEIS conquistou a sua sede própria em 08/01/1993, Rio de Janeiro - Brasil.
	1988	I Encontro Nacional de Intérpretes de Sinais organizado pela FENEIS	Propiciou, pela primeira vez, o intercâmbio entre alguns intérpretes do Brasil e a avaliação sobre a ética do profissional intérprete.
		Constituição da República Federativa do Brasil	Estabelece os Direitos Fundamentais e sociais das Pessoas Portadoras de Deficiência (art. 3º, inciso IV) .
		Nos Estados Unidos	Surgiu, no documento conhecido como <i>Public Law 100-407</i> , o termo <i>Assistive Technology</i> (Tecnologia Assistiva). Referido documento em conjunto com outras leis, compõe o <i>American with Disabilities Act</i> (ADA), o qual regula os direitos dos cidadãos com deficiência.
	1989	Lei nº 7.853 de 24/10	Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência .
	1990	Resolução nº 45/91 – ONU	Propõe uma sociedade para todos até 2010.
		Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – Tailândia)	Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Termo usado “ Pessoas Portadoras de Deficiências ”.
	1992	II Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais	A FENEIS promoveu o intercâmbio entre as diferentes experiências dos intérpretes no país, e foi onde houve a discussão e votação do regimento interno do Departamento Nacional de Intérpretes.
		ISO 9999 ⁽¹⁶⁾ 1ª edição	<i>International Organization for Standardization</i> (Associação Internacional de Normalização) classificação e terminologia para produtos de apoio a Pessoas com Deficiência.
	1993	Resolução nº 48/96 – ONU	Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência .
		No Brasil	III Congresso Latino-Americano de Bilinguismo (Língua oral-Língua de Sinais) para os surdos.
			Tratou sobre as “Regras Padrões sobre Igualização de

SÉCULO XX	1994	Declaração de Salamanca – Espanha	Oportunidades para Pessoas com Deficiências ", o qual demanda que os Estados assegurem que a Educação de Pessoas com Deficiências seja parte integrante do Sistema Educacional.
		Primeira Versão da ABNT 9050	NBR9050 com 56 páginas. O termo acessibilidade é incluído. Título: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
	1998	Legislação dos Estados Unidos	Apresenta a Tecnologia Assistiva como recursos e serviços. Com Programas de Subsídios Estaduais, Mecanismos Alternativos de Financiamento (<i>Assistive Technology Act</i> , 1998).
		ISO 9999 3ª edição	<i>International Organization for Standardization</i> (Associação Internacional de Normalização) classificação e terminologia para produtos de apoio a Pessoas com Deficiência.
	1999	Convenção da Guatemala – OEA	Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência .
		Carta para o Terceiro Milênio (Londres)	Estabelece medidas para proteger os direitos das Pessoas com Deficiência mediante o apoio ao pleno empoderamento e inclusão em todos os aspectos da vida.
		XIII Congresso Mundial de Surdos (Austrália) Paddy Ladd (*1952)	Homenagem aos surdos vítimas de opressão e audismo, o Dr. Paddy Ladd (surdo) usou uma fita azul como símbolo.
		Decreto nº 3.298, regulamentou a Lei nº 7.853/89	Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência , define a Educação Especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de Ensino, enfatizando a atuação complementar da Educação especial ao Ensino Regular.
		Comissão dos países da União Europeia	Conceito elaborado pela comissão de países da União Europeia, proposto no documento <i>Empowering Users Through Assistive Technology (EUSTAT⁸)</i> (<i>European Consortium</i> , 1999), Tecnologia Assistiva também é denominada como Ajudas Técnicas e Tecnologia de Apoio.
	2000	Lei nº 10.048	Estabelece atendimento prioritário às Pessoas Portadoras de Deficiência .
		Lei nº 10.098 (Lei da Acessibilidade) de 19/12	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida para supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação (Brasil, 2000).

Fonte: Adaptado de Strobel (2009), Garcia e Vieira (2018), Bastos e Pimentel (2021) e Bastos (2022).

No Brasil, o século XXI foi precursor na conscientização de reconhecimento da Identidade e Cultura Surda, após longas “lutas” para o reconhecimento de Libras como Língua e Cultura Surda.

⁸ EUROPEAN CONSORTIUM, 1999.

Importante entender que existem duas concepções sobre a surdez (Bastos, 2022), uma com o viés clínico-terapêutico que a vê como uma “deficiência” e outra na visão clínica, pois na área médica classifica-se a surdez pelo grau de desvio (leve, moderada, severa, profunda), pela idade (pré-lingual e pós-lingual), pela localização (condutivas e neurosensoriais) e pela etiologia (hereditária ou adquirida) (Bastos, 2022; Alpendre, 2008; Skliar, 1998); e a outra concepção, em que o Surdo compreende a surdez como um modo de ser, assumindo o caráter identitário pessoal reiterado em sua Cultura (Ser surdo) e sua Língua (Libras), viés da Identidade Surda (Ruzza, 2022; Nóbrega *et al.*, 2012; Perlin; Miranda, 2003).

Se vocês nos perguntarem aqui: o que é ser surdo? Temos uma resposta: ser surdo é uma questão de vida. Não se trata de uma deficiência, mas de uma experiência visual. Experiência visual significa a utilização da visão, (em substituição total a audição), como meio de comunicação. Desta experiência visual surge a Cultura Surda representada pela Língua de Sinais, pelo modo diferente de ser, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico. A Cultura Surda comporta a Língua de Sinais, a necessidade do intérprete, de Tecnologia de leitura - leitura labial como um mecanismo que alguns surdos utilizam (Perlin, 2003).

Ressalta-se que a identidade surda é heterogênea, pois há surdos que se posicionam politicamente em favor de seus direitos como surdos que vivem e valorizam a Cultura Surda e os surdos que tentam se apropriar e vivenciar da Cultura ouvinte (Perlin, 2010). A grafia pode sugerir essa diferença: o uso de “Surdo” representa os indivíduos que se apropriam da Cultura Surda, Língua de Sinais e se reconhecem como pertencentes da Comunidade Surda; contudo, o surdo se identifica à toda a coletividade composta por pessoas com a especificidade biológica que caracteriza a surdez.

Há, para Perlin (2010, 2002), pelo menos, sete tipos de identidade surda (Tabela 1); contudo, todas estas identidades foram e são influenciadas por fatores diferentes: contexto familiar, contato com comunidades surdas, etc. (Perlin, 2010).

Tabela 1. Tipos de Identidade surda conforme Perlin

Tipos		Explicação
i	Identidade política	surdos usam somente a Língua de Sinais, vivenciam a Cultura Surda, além de defender e militar pelo direito de ser diferente: em Ser Surdo.
ii	Identidade híbrida	peculiaridade de pessoas com surdez adquirida, que utilizam, também, a Língua Oral com a Língua de Sinais para comunicar-se, mas têm imersão com pessoas surdas
iii	Identidade de transição	surdos procedentes de famílias ouvintes, que se encontram em um processo de transição entre a perspectiva ouvinte e de uma linguagem oral e visual truncada
iv	Identidade Incompleta	caracteriza-se pela ausência de pertencimento claro tanto à Cultura Surda quanto à Cultura ouvinte. Casos de surdos cujas identidades foram escondidas, casos de a família mantê-los escondidos, tornando-os

		incapacitados de chegar ao saber ou de se decidirem por si mesmos. Os indivíduos com esse tipo de identidade apresentam dificuldades de comunicação e, geralmente, não dominam a Língua de Sinais
v	Identidade Flutuante	geralmente priorizam a Cultura ouvinte, utilizam a Língua Oral e fazem uso de dispositivos auditivos. Frequentemente, rejeitam a Cultura Surda e não participam, ativamente, da Comunidade Surda
vi	Identidade Diáspora	divergem da identidade de transição. São surdos que passam de um país a outro ou de um Estado Brasileiro para outro, ou ainda, de um grupo surdo para outro. Pode se identificar como: como surdo carioca, surdo brasileiro, surdo norte-americano. É uma identidade muito presente e marcada
vii	Identidade Intermediária	Apresentam alguma parcela de surdez, mas levam uma vida de ouvintes. Veem como importante o uso de aparelhos de audição, de aumento de som sendo, para alguns, a Língua de Sinais é hobby. O determinante na identidade surda é a experiência visual.

Fonte: Adaptado de Perlin (2010, 2002).

Nesta perspectiva, entre as sete identidades supracitadas, Carvalho e Campello (2022) apresentam mais sete novas classificações de identidades: (i) Identidade Surda com AASI; (ii) Identidade Surda com IC; (iii) Identidade étnica dos surdos; (iv) Identidade Surda Ka'apor e outras Línguas de Sinais Ka'apor emergentes; (v) Identidade Negra Surda; (vi) Identidade Surda Unilateral e (vii) Identidade Surdacega.

No quadro 4, constam as ações e episódios encontrados entre 2001 e 2025 relacionados aos surdos, aos deficientes auditivos e às Pessoas com Deficiência.

Quadro 4. Evolução Histórica e Legislações no século XXI

	ANO	TÍTULO ou PESSOA	ASSUNTO
	2001	Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão	Sociedade Inclusiva.
		Lei nº 10.172/2001 de 09/01	O Plano Nacional de Educação - PNE - destaca que “o grande avanço que a década da Educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.
	2001	Decreto nº 3.956 de 08/10	Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência .
		Grupo de Usuários de Estratégias, do Ministério da Saúde da Grã-Bretanha	Adoção do lema “Nada Sobre Nós, Sem Nós” para exigir a inclusão de pessoas com dificuldade de aprendizagem em todos os serviços públicos: saúde, emprego, serviços sociais, habitação, associações de habitação, consumidores de serviços, fornecedores de serviços, inspeção e outros.
	2002	Ampliação das sedes da FENEIS no Brasil	A FENEIS sedia escritórios em São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Teófilo Otoni, Brasília e Recife, além da matriz no Rio de Janeiro.
		Declaração de Madrid (Espanha)	Estabelece parâmetro conceitual para as atividades do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência tanto em nível da União Europeia como nos níveis nacional, regional e local.

2002	Declaração de Caracas (México)	Estabelece o ano de 2004 como o ano das Pessoas com Deficiência e suas famílias almejando a vigência efetiva das Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência e o cumprimento dos acordos estabelecidos na Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência .
	Declaração de Sapporo (Japão)	Aprovada no dia 18/10 por 3.000 pessoas, em sua maioria com deficiência, representando 109 países, por ocasião da 6ª Assembleia Mundial da <i>Disabled People's International</i> – DPI.
	Lei Federal 10.436 de 24/04	Oficialização da Libras como Língua no Brasil.
	ISO 9999 3ª edição	<i>International Organization for Standardization</i> (Associação Internacional de Normalização) classificação e terminologia para produtos de apoio a Pessoas com Deficiência.
	Portaria nº 2.678/02	Aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional. Termo “ Deficientes visuais – cegos ”.
2003	Portaria 3284 de 07/11 que substituiu a Portaria 1679/99	Acessibilidade à Educação Superior.
	Declaração de Tenerife 1º Congresso Europeu sobre Vida Independente	Os mais de 400 participantes procedentes de vários países europeus, reunidos no contexto do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência (Sassaki, 2007). “As Pessoas com Deficiência precisam ser vistas como peritas sobre sua vida. Como peritas, nós temos o direito e a responsabilidade de falar por nós mesmos”.
2004	Lei nº 10.845 de 05/03	Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência e dá outras providências. Termo usado “ Pessoas Portadoras de Deficiências ”.
	Segunda edição da ABNT 9050	Válida no dia 30/06/2004 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
	Decreto nº. 5.296	Apresenta o conceito de “Desenho Universal” contribuindo para a formação de uma sociedade inclusiva e ainda relaciona a acessibilidade com a Tecnologia Assistiva. Concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade ⁽³⁰⁾ . Consideram-se ajudas técnicas os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetos para melhorar a funcionalidade de pessoas portadoras de deficiência , com habilidade reduzida favorecendo autonomia pessoal, total ou assistida (Brasil, 2004).
2005	Decreto nº 5.626 de 22/12	Regulamenta: (i) a inclusão da Libras como disciplina curricular; (ii) a formação do professor e instrutor de Libras; (iii) o uso da Libras para o acesso à Educação; (iv) a formação do Tradutor Intérprete de Libras; (v) direito à Educação e Saúde às pessoas surdas ou com

SÉCULO XXI			deficiência auditiva; (vi) garantir o acesso à saúde, e de forma acessível à população surda (Brasil, 2005).
	2006	Estatuto da Pessoa com Deficiência	Direito à Educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais. Termos usados “ Portador de Deficiência; Deficiência Intelectual ”.
		Declaração da década (2006-2016) das Américas pelos direitos e pela dignidade das Pessoas com Deficiência – OEA	Tem por objetivos alcançar o reconhecimento e o pleno exercício dos direitos e da dignidade das Pessoas com Deficiência , seu direito de participar plenamente da vida econômica, social, cultural, política e no desenvolvimento de suas sociedades, sem discriminação e em situação de igualdade com os demais (cidadãos).
		Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ONU	Direitos das Pessoas com Deficiência .
	2006	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	Lançado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, pelo Ministério da Educação, pelo Ministério da Justiça e pela UNESCO. Objetiva, dentre as suas ações, fomentar no currículo da Educação Básica, as temáticas relativas às Pessoas com Deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem inclusão, acesso e permanência na Educação Superior.
		Criação do Primeiro Curso de Graduação em Letras/Libras	Curso de Graduação em Letras/Libras, coordenado pela Universidade Federal de Santa Catarina e com a participação de nove e diferentes Estados Brasileiros.
	2007	I Encontro Municipal “Nada sobre Nós, Sem Nós” – Campinas, SP.	Objetivo de socializar informações relacionadas ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, ao Conselho Municipal de Direitos, ao papel dos órgãos públicos e movimentos sociais que atuam nessa área, tendo como principal abordagem o acesso das Pessoas com Deficiência ao mercado de trabalho.
		Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.	Traz as diretrizes que fundamentam uma política pública voltada à inclusão escolar, consolidando o movimento histórico brasileiro. Termo usado “ Necessidades Educacionais Especiais ”.
		ISO 9999 4ª edição	Estabelece uma classificação de produtos assistivos especialmente produzidos, ou geralmente disponíveis, para pessoas com deficiência. Produtos de assistência utilizados por uma pessoa com deficiência, mas que requerem a assistência de outra pessoa para sua operação, estão incluídos na classificação (ISO 9999:2007). São 11 as classes propostas, nesta ISO, pela classificação (ISO 9999:2007): Classe - Tratamento médico pessoal; Classe - Treinamento de habilidades; Classe - Órteses e próteses; Classe - Proteção e cuidados pessoais; Classe - Mobilidade pessoal; Classe - Cuidados com o lar; Classe - Mobiliário e adaptações para residências e outras edificações; Classe - Comunicação e informação; Classe - Manuseio de objetos e equipamentos; Classe - Melhorias ambientais, ferramentas e máquinas; Classe – Lazer.
	2007		Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com os Municípios, o Distrito Federal e os Estados, além da participação das famílias e da comunidade, mediante
		Decreto nº 6.094 de 24/04	

SÉCULO XXI			programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Termo usado “Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais” (Brasil, 2007).
	2008	Norma ABNT 15599 – 25/09	Primeira edição - Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços.
		Lei nº 11.796, de 29/10	Dia Nacional dos Surdos - Art. 1º Fica instituído o Dia 26 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Surdos .
		Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva	Acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os estudantes. Pessoas com Deficiência; Deficiência mental.
	2008	Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD)	Reafirma o direito desse segmento à educação inclusiva, em todos os níveis de ensino e ao longo de toda a vida. Pessoas com Deficiência.
		Decreto nº 6.571 de 17/09	Diretrizes para o estabelecimento do atendimento educacional especializado no sistema regular de ensino (escolas públicas ou privadas). Alunos com deficiência.
	2009	Decreto nº 6.949 de 25/08	Aparece como obrigação geral dos Estados Parte a promoção da pesquisa e desenvolvimento, bem como a disponibilidade e o emprego de Tecnologia Assistiva, destacando-se os principais artigos: Artigo 4 – itens “g” e “h”; Artigo 20 – itens “b” e “d”; Artigo 26 - nº 2; Artigo 29 – item a); Artigo 32 – item d) (Brasil, 2009).
		Parecer CNE/CEB nº: 13/2009	Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
	2010	Lei nº 12.319 de 01/09	Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras.
		Decreto 7.234 de 19/07	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Estudantes com deficiência.
		Decreto nº 7.387	Instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) tanto para as Língua Orais quanto para as Língua sinalizadas do Brasil. Um meio para identificar, documentar e valorizar as Línguas relevantes para a identidade e memória da sociedade brasileira.
	2011	Decreto nº 7.612 de 17/11	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.
		Decreto nº 7.611 de 17/11	Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado dando outras providências. Estudantes com deficiência.
		Lei nº 12.527 de 18/11	Quanto ao acesso à Informação, a qual possibilita a qualquer pessoa, física ou jurídica, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

	2011	ISO 9999 5ª edição <i>International Organization for Standardization</i> (Associação Internacional de Normalização)	A ISO 9999:2011 estabelece uma classificação de produtos assistivos, especialmente produzidos ou geralmente disponíveis, para pessoas com deficiência. Estão incluídos na classificação os produtos de assistência utilizados por uma pessoa com deficiência, porém requerem a assistência de outra pessoa para sua operação. Os seguintes itens são excluídos nesta ISO como: itens usados para a instalação de produtos assistivos; soluções obtidas por combinações de produtos assistivos que são classificados individualmente; medicamentos; produtos e instrumentos assistivos usados exclusivamente por profissionais de saúde; soluções não técnicas, como assistência pessoal, cães-guia ou leitura labial; dispositivos implantados; e suporte financeiro.
		Certificação de Proficiência em Libras e para Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa (PROLIBRAS)	O INES passou a realizar o Programa Nacional para essas Certificações em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina; contudo, essa certificação extinta, especialmente, devido à ampliação, no país, de cursos superiores de Letras/Libras.
	2013	Programa Incluir Programa Incluir	O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) propõe ações que garantem o acesso pleno de Pessoas com Deficiência às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).
		Criação da TV INES – 24/04	TV para Surdos - Com equipe composta de profissionais de televisão surdos. INES, em parceria com a Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (Acerp), estreou a primeira webTV em Língua Brasileira de Sinais (Libras), com legendas e locução em Língua Portuguesa, a fim de integrar públicos.
	2014	13/03 - Universidade Federal do Acre	A primeira turma do Curso de Licenciatura Letras Libras teve 50 discentes, entre ouvintes e surdos.
		22/04 – Universidade Federal do Pernambuco	Criação e funcionamento do Curso de Licenciatura Letras-Libras.
	2015	Lei nº 13.146 de 06/07	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Art. 3º, inciso II, um avanço legislativo, pois defini Desenho Universal como: Concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva (Brasil, 2015).
			Art. 53 afirma que “a acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social” (Brasil, 2015). Art. 74. É garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida. Art. 75. O poder público desenvolverá plano específico de medidas, a ser renovado em cada período de 4 (quatro) anos, com a finalidade de: I - facilitar o acesso a crédito especializado, inclusive com oferta de linhas de crédito subsidiadas, específicas para

	2015	Lei nº 13.146 de 06/07	aquisição de tecnologia assistiva; II - agilizar, simplificar e priorizar procedimentos de importação de tecnologia assistiva, especialmente as questões atinentes a procedimentos alfandegários e sanitários; III - criar mecanismos de fomento à pesquisa e à produção nacional de tecnologia assistiva, inclusive por meio de concessão de linhas de crédito subsidiado e de parcerias com institutos de pesquisa oficiais; IV - Eliminar ou reduzir a tributação da cadeia produtiva e de importação de tecnologia assistiva; V - Facilitar e agilizar o processo de inclusão de novos recursos de tecnologia assistiva no rol de produtos distribuídos no âmbito do SUS e por outros órgãos governamentais (Brasil, 2015).
		Terceira versão da Norma ABNT 9050	Válida em 11/10/2015 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
		Abertura do Curso de Letras Libras na UFPR	é um dos poucos no Brasil ofertado em Universidade Pública.
	2016	ISO 9999 6ª edição <i>International Organization for Standardization</i> (Associação Internacional de Normalização)	Produtos de assistência utilizados por uma pessoa com deficiência, mas que requerem a assistência de outra pessoa para sua operação, estão incluídos na classificação. Os seguintes itens estão excluídos desta Norma Internacional: - itens utilizados para instalação de produtos assistivos; - soluções obtidas por combinações de produtos assistivos que são classificados individualmente nesta Norma Internacional; - medicação; - produtos e instrumentos de assistência utilizados exclusivamente por profissionais de saúde; - soluções não técnicas, como assistência pessoal, cães-guia ou leitura labial; - dispositivos implantados; - apoio financeiro.
		ABNT NBR 15610	Televisão digital terrestre – acessibilidade Libras.
	2017	Decreto nº 9.034 de 20/04	Altera o Decreto nº 7.824, de 11/10/2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29/08/2012, que dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de nível Médio.
		Projeto de Lei 7750	A atualização do símbolo de acessibilidade pelo símbolo internacional de acesso desenvolvido, em 2015, pelas Nações Unidas (ONU), torna-se obrigatório em placas e outras sinalizações.
		Fórum Bilíngue no INES	Neste ano os Fóruns promovidos pelo INES foram reformulados, os quais permanecem até a atualidade. Voltados para a troca de experiências, com debates e apresentações práticas relacionadas aos surdos. As edições frequentes e são, geralmente, mensais (Brasil, [s.d.]).36

SÉCULO XXI	2018	Decreto nº 9.656 de 27/12	Altera o Decreto nº 5.626, de 22/12/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24/04/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras.
	2019	Medida Provisória 894	Ementa: Presidência da República Institui pensão especial destinada a crianças com microcefalia decorrente do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada.
		Os Fóruns no INES	Para alastrar o acesso pelo país a interessados e profissionais com intuito de divulgar os conhecimentos alcançados, nesse ano as palestras do Fórum passaram a ser disponibilizadas no canal do DDHCT/INES no YouTube (https://www.youtube.com/@inesddhct9742).
	2020	Início da tradução da Bíblia para Libras	Em setembro foi lançado o Evangelho de João em Libras. É o primeiro livro de uma versão bíblica traduzida para Língua Brasileira de Sinais pelos próprios surdos .
		Quarta versão da Norma ABNT 9050	Nova edição das Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (03/08/20).
		Lei 13.985 de 07 de abril	Institui pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).
	2021	Senado aprova em 25/05 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Inclui novos itens na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para qualificar a Educação Bilíngue de surdos como uma modalidade de ensino independente. A Educação Bilíngue sendo, nesse caso, a Língua Brasileira de Sinais como primeira Língua e a Língua Portuguesa escrita como segunda Língua.
		Lei 14.191 de 24 de novembro sobre a modalidade de Educação Bilíngue de surdos	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de Educação Bilíngue de surdos.
		Grupos de Trabalho – agenda UNESCO	Grupos com o propósito de desenvolver as diretrizes e promover ações para preservar, fortalecer, manter as Línguas indígenas do Brasil tendo uma atenção especial, a parte essencial da diversidade linguística desses povos, às Línguas Indígenas de Sinais (LIS).
	2022	Criação Plataforma de Cadastro - Inclusão	Pela plataforma é possível emitir o Certificado da Pessoa com Deficiência . Documento facilita o acesso da população com deficiência a mais de 30 Políticas Públicas do Governo Federal.
		Criação de dois canais em Libras	O Governo Federal Brasileiro lançou, no dia 26/04, dois novos canais voltados para a Educação e para a Comunidade Surda. O Canal Educação será transmitido em sinal aberto de televisão e o Canal Libras pela Internet.

	2022	ISO 9999 7ª edição <i>International Organization for Standardization</i> (Associação Internacional de Normalização)	Este documento especifica uma classificação e terminologia de produtos assistivos, especialmente produzidos ou geralmente disponíveis, para pessoas otimizarem o funcionamento e reduzirem a incapacidade (ISO 9999:2022). Produtos assistivos usados por uma pessoa para otimizar o funcionamento e reduzir a incapacidade, mas que exigem a assistência de outra pessoa para sua operação, estão incluídos na classificação. Os seguintes itens estão especificamente excluídos deste documento: (i) itens utilizados para a instalação de produtos de assistência; (ii) soluções obtidas por combinações de produtos assistivos que são classificados individualmente neste documento; (iii) medicação; (iv) produtos e instrumentos de assistência utilizados exclusivamente por profissionais de saúde ou por professores; (v) soluções não técnicas, como assistência pessoal, cães-guia ou leitura labial; (vii) dispositivos implantados; (viii) apoio financeiro.
		Projeto de Lei 2.199	Projeto de lei aprovado pela Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados tornando obrigatória a utilização do símbolo internacional de acessibilidade desenvolvido pela Organização das Nações Unidas em 2015 para identificar serviços e locais acessíveis a pessoas com deficiência (Portal da Câmara de Deputados, 2026)
	2023	Bandeira Internacional da Comunidade Surda	Federação Mundial de Surdos (<i>World Federation of the Deaf</i>). A eleição do conselho da WFD aconteceu nos dias de 9 a 10 de julho na XXI Assembleia Geral. Votou-se para a Bandeira Internacional da Comunidade Surda; com 61 votos, a bandeira de Arnaud Balard, um artista surdocego francês, foi eleita o Símbolo Internacional da Comunidade Surda.
		Lei 14.626	Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica Art. 1º As pessoas com deficiência, as pessoas com transtorno do espectro autista, as pessoas idosas com idade igual ou superior a sessenta anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com criança de colo, os obesos, as pessoas com mobilidade reduzida e os doadores de sangue terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei.
		Promulgação de leis locais referente às Línguas Indígenas de Sinais	Uma das leis locais a Lei Municipal de Miranda, no Mato Grosso do Sul, nº 1538, a qual cooficializou as Línguas Terena, Kinikinau, Libras e a Língua Indígena Terena de Sinais (LITS).
		Lei 14.704 de 25 de outubro	Art.1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Art.4º - O exercício da profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete é privativo de: (i) diplomado em curso de educação profissional técnica de nível médio em Tradução e Interpretação em Libras; (ii) diplomado em curso superior de bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras – Língua Portuguesa, em Letras com Habilitação em Tradução e Interpretação em Libras ou em Letras – Libras; (iii) diplomado em outras áreas de conhecimento, desde que possua diploma de cursos de extensão, de

SÉCULO XXI	2023	Lei 14.704 de 25 de outubro	formação continuada ou de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, e que tenha sido aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras – Língua Portuguesa. Art. 8º-A. A duração do trabalho dos profissionais de que trata esta Lei será de 6 (seis) horas diárias ou de 30 (trinta) horas semanais. Parágrafo único. O trabalho de tradução e interpretação superior a 1 (uma) hora de duração deverá ser realizado em regime de revezamento, com, no mínimo, 2 (dois) profissionais.” Art. 3º É autorizado o exercício da profissão por aqueles que tenham sido habilitados até a entrada em vigor desta Lei nos termos da redação original do art. 4º da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Parágrafo único. Será permitida, pelo período de seis anos a partir da publicação desta lei, a realização das atividades de que trata o art. 6º da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, por profissionais com as formações previstas na redação original do art. 4º da referida Lei, adquiridas após a publicação desta lei (Brasil, 2023).
	2024	Lei 14.863 de 27 de maio	Art. 73-A. As campanhas sociais, preventivas e educativas devem ser acessíveis à Pessoa com Deficiência .
		Lei 14.951 de 02 de agosto	Dispõe sobre a coloração da órtese externa denominada bengala longa, para fins de identificação da condição de seu usuário. I - branca: para pessoas com cegueira; II - verde: para pessoas com baixa visão (visão subnormal); III - vermelha e branca: para pessoas com surdocegueira.
		Lei 14.992 de 03 de outubro	Altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, para estabelecer medidas que favoreçam a inserção de pessoas com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho. Cadastrando seus dados como candidatos potenciais nas bases de dados de emprego do Governo.
		Lei 15.069 de 23 de dezembro	Institui a Política Nacional de Cuidados.
		Publicada a cartilha sobre as Línguas Indígenas de Sinais Brasil	Ministério dos Povos Indígenas lança o livro eletrônico. ISBN 978-65-01-20215-0. Línguas indígenas de sinais (LIS).
	2025	Lei 15.176 de 23 de julho	Altera a Lei nº 14.705, de 25 de outubro de 2023, para prever programa nacional de proteção dos direitos da pessoa acometida por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica ou por Síndrome Complexa de Dor Regional ou outras doenças correlatas.

Fonte: Adaptado de Bastos (2022) e Bastos e Pimentel (2021).

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Diversos dos marcos legais, apresentados nos quadros 1 a 4, referem-se ao ser surdo e à Identidade Surda, cujos temas constituem-se em lutas de muitos anos na busca por Identidade,

Cultura e Língua (Libras), pois, ao contrário da visão clínica, uma grande parcela de pessoas surdas não se inclui como deficientes ou deficientes auditivos o que corrobora com Carvalho e Campello (2022) e Perlin (2010, 2002) quanto aos tipos de identidade. Como descrito, existem duas vertentes sobre os surdos que devem ser consideradas: a concepção clínica-terapêutica e a identidade surda.

A partir do século XVI surgiram vários interessados nos estudos e pesquisas sobre a surdez e o surdo. Nos séculos XVI a XX, os envolvidos e interessados nessa área eram pessoas isoladas, que se tornaram os precursores nas pesquisas, estudos e métodos de ensino-aprendizagem. Alguns publicaram livros sobre seus métodos e pesquisas chegando a criar escolas para surdos ou para professores de surdos. Conforme listado nos quadros 1 a 4: no século XVI, foram 4 envolvidos; no século XVII, 2; no século XVIII, foram 9 envolvidos; no século XIX, foram 12, e no século XX, foram 6, porém nesse século ocorreram as criações das instituições de Ensino direcionados aos surdos, debates em congressos e simpósios. Entretanto, no século XXI há um predomínio de grupos envolvidos cada um direcionado à vertente de compreensão, conhecimento e inclusão.

Muitos dos envolvidos estavam, diretamente, relacionados às publicações de livros para ensino-aprendizagem dos surdos e seus métodos de ensino. Juan Pablo Bonet, no século XVI, publicou em Madrid o primeiro livro sobre a Educação dos surdos. No mesmo século, Fray de Melchor Yedra, também em Madrid, escreveu o livro *Refugium Infirmorum* que descrevia e ilustrava o alfabeto manual da época. No século XVII, foi publicado por John Bulwer o livro “A Linguagem Natural das Mãos” preconizando a utilização do alfabeto manual, Língua de Sinais e a leitura labial. E, em 1648, Bulwer publicou seu segundo livro *Philocopus*; nesse livro, afirmou que a Língua de Sinais expressava os mesmos conceitos que a Língua Oral. Ainda nesse século, por volta de 1680, George Dalgarno, intelectual inglês, publica o livro *Didascalophus* no qual enquadrava a Língua dos surdos na chamada “Sematologia” esquema geral para uma teoria dos signos.

No século XVII, na Alemanha, Samuel Heinicke publicou “Observações sobre os Mudos e sobre a palavra”; em Paris, o Abade Sicard publicou os livros: “A teoria dos gestos”, “Uma gramática gera” e um relato do treino do surdo Jean Massieu. Pierre Desloges ficou surdo aos 7 anos e aos 27 anos aprendeu a Língua Gestual. Publicou um livro defendendo a Língua Gestual na Educação dos surdos. No século XIX, no Brasil, reproduziu-se o primeiro dicionário de Língua de Sinais e, no século XX, o padre, americano, Eugênio Oates publicou o livro “Linguagem das mãos”, com 1.258 sinais fotografados.

Conforme os acontecimentos pesquisados no século XVII o ensino dos surdos era antagônico, permeado entre o oralismo e a Língua de Sinais. Deste modo, em diferentes momentos, novos métodos para a prática pedagógica no ensino-aprendizagem foram adotados (Tabela 2), tendo em vista os conhecimentos adquiridos até então e a maneira como era concebida a surdez e o potencial do indivíduo surdo (Sá, 1999).

Com isso, surgiram métodos de ensino voltados ao surdo entendendo que eles possuíam capacidade de aprendizagem e discernimento utilizando outra forma de comunicação que não fosse a oral.

Tabela 2. Séculos e os Métodos de Ensino

Séculos	Métodos
XVI	Ponce de Leon usou o método de ensino a datilologia, escrita e oralização. Juan Pablo Bonet defendeu o ensino precoce de alfabeto manual aos surdos. Ensinava o surdo a ler e escrever.
XVII	John Wallis prioriza o ensino da escrita aos surdos. John Bulwer foi o primeiro inglês a desenvolver um método de comunicação entre ouvintes e surdo. Método de comunicação gestual com os surdos. George Dalgarno - sistema inovador de datilologia – uso de um alfabeto manual na Língua de Sinais.
XVIII	Konrad Ammann recorria ao uso do paladar para ensinar os sons das letras. Defensor da leitura labial. Jacob Rodrigues Pereira usou o Ensino de fala e de exercícios auditivos com os surdos. Samuel Heinicke conhecido como “Pai do Método Alemão” – Oralismo puro. L’Epée ensinava a Língua gestual associada às palavras escritas e imagens.
XIX	Alexander Graham Bell utilizou o sistema de repetição dos movimentos e dos sons usando desenhos dos lábios, garganta, língua, dentes e palato.
XX	Compreensão e implementação da comunicação total.
XXI	Aceitação do Bilinguismo.

Fonte: Elaborado pelos autores.

No que se refere às escolas para surdos, no século XVI, Pedro Ponce de Leon, criou, na Espanha, a primeira escola em um monastério de Valladolid. No entanto, as primeiras escolas para surdos fundadas na Alemanha, Inglaterra e França foram criadas somente no século XVIII. Samuel Heinicke fundou a primeira escola de oralismo puro em 1778 em Leipzig, Alemanha; Thomas Braidwood, em 1760, na Inglaterra e L’Epée fundou a primeira escola pública conhecida como “Instituto para Jovens Surdos e Mudos” de Paris; mais 21 escolas para surdos foram criadas por L’Epée na Europa. Pedro Ponce de Leon criou uma escola para professores de surdos; contudo, como não publicou nada em sua vida, depois de sua morte, o seu método caiu no esquecimento.

No século XIX, no Brasil, em 1857, funda-se a primeira escola de surdos “Instituto Imperial de Surdos-Mudos” ou “Collégio Nacional para Surdos-Mudos” na cidade do Rio de Janeiro. Em Boston, Alexandre Graham Bell, abriu a sua própria escola para treinar os

professores de surdos e, ainda, nos Estados Unidos, Gardiner Hubbard e outros pensadores idealizaram a escola oralista para surdos. A referida fundação surge no mesmo ano do Congresso de Milão, na Itália, visto como um marco do declínio do ensino-aprendizagem e rejeição do uso das Línguas de Sinais (Nogueira; Silva, 2008). Em 1864, fundou-se a primeira Universidade Nacional para Surdos “Universidade Gallaudet” nos Estados Unidos – Washington e no final desse século há uma abertura dos surdos no esporte com a fundação dos primeiros clubes de futebol na Escócia, iniciando o século XX com o Comitê Internacional de Esportes para Surdos – DEAFYMPICS e, no Brasil, a fundação de clubes Esportivos para as pessoas surdas.

Mesmo com todas essas conquistas, em 1880, o Congresso Internacional de Surdo-Mudez, em 1880, em Milão na Itália, foi organizado, patrocinado e conduzido por profissionais defensores do oralismo puro, assim o método oral foi votado o mais adequado a ser usado pelas Escolas de surdos e a Língua de Sinais foi, oficialmente, proibida em Âmbitos mundial (Strobel, 2009). Alexandre Graham Bell teve grande influência nesse congresso, pois era contra a Língua de Sinais publicando vários artigos criticando a Cultura Surda e as escolas residenciais para surdos, sendo considerado o “inimigo” mais marcante (Nascimento, 2023). Ele afirmou que esses fatores não propiciavam o desenvolvimento intelectual dos surdos e os apartavam da sociedade (Strobel, 2009) e , também, era contra o casamento entre pessoas surdas.

Após esse Congresso de Milão, muitos estudos e métodos foram perdidos e houve um grande retrocesso nos estudos e uso da Língua de Sinais. Ao acatar-se esta decisão, por volta de 1911, foi adotado o método oralista como tendência mundial, o que se estendeu às salas de aula do Instituto Nacional de Surdos (INES) no Brasil. Nos anos 60, surgiram as primeiras pesquisas direcionadas às Línguas de Sinais Americanas (ASL). Esses seriam os primeiros lampejos, realmente, concentrado ao surdo entendendo que sua comunicação poderia ser distinta.

No entanto, na década de 1970, no Brasil, foi implantada a Comunicação Total e, na década de 1980, iniciaram as discussões acerca do bilinguismo, por Lucinda Ferreira Brito. Os interessados na questão encabeçaram pesquisas acerca da contribuição de um sistema de Línguas para a Educação das pessoas surdas (Quadros, 2008).

Neste século, nos anos 80, no Brasil, fundou-se da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) e nos Estados Unidos, regulamentação dos direitos aos cidadãos com deficiência e surgimento do termo Tecnologia Assistiva. A partir dos anos 90 surge a classificação e terminologia para produtos de apoio às Pessoas com Deficiência (ISO

9999) e os países da União Europeia propuseram o documento *Empowering Users Through Assistive Technology* (EUSTAT).

Dentre os fatos pormenorizados, constatou-se que somente no século XX surgiram, no Brasil, as portarias, decretos, resoluções e leis tanto para as Pessoas com Deficiência como para os surdos. No século XX, foram 14 marcos legais, incluindo a Constituição Federal e a primeira versão da ABNT 9050 – NBR9050, documento com 56 páginas, que trata sobre a acessibilidade. Importante ressaltar que, no século XXI, até o ano de 2025, foram 76 no total, sendo somente 14 no século XX e 29 no século XXI direcionados à surdez e ao surdo; esses referentes à inclusão da Libras como disciplina curricular, ao intérprete, à formação do professor de Libras, à Educação Bilíngue e a garantia à saúde de modo acessível.

Destaca-se a abertura do curso de Letras/Libras em Universidades Federais Brasileiras: Universidade Federal de Santa Catarina, em 2006, Universidade Federal do Acre e de Pernambuco, em 2014. Com a criação desses cursos de graduação, as certificações de proficiência em Libras e de Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa são reconhecidas por meio de cursos superiores e não mais pelo antigo PROLIBRAS.

Em 2016, a ABNT apresenta o documento NBR 15610 com uma proposta de protocolo de transmissão de conteúdos em Libras para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre e em 2020 essa proposta é confirmada. Um avanço para a comunicação a Comunidade Surda.

Efetivamente, há uma grande conquista em 2021 quando o Senado Brasileiro incluiu novos itens na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para qualificar a Educação Bilíngue de surdos como uma modalidade de Ensino independente - a Língua Brasileira de Sinais como primeira Língua e a Língua Portuguesa escrita como segunda Língua. E com a criação, pelo Governo Federal Brasileiro, de dois canais em Libras voltados à Educação e à Comunidade Surda, em 2022. O Canal Educação transmite em sinal aberto de televisão e o Canal Libras pela Internet.

Em 2023, uma lei regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete de Libras para que a profissão e serviço aos surdos e os locais sejam especializados e criteriosos. Um Grupo de Trabalho Nacional, em 2024, composto por indígenas ouvintes e surdos, parceiros e instituições mapeiam 31 Línguas Indígenas de Sinais (LIS) no Brasil (Brasil, 2024).

5 CONCLUSÕES

Com a análise história apresentada entende-se a trajetória das lutas e avanços que as pessoas surdas foram conquistando ao longo das décadas. O percurso histórico é marcado por várias fases, inicialmente, reducionistas. Em síntese, os fatos entre os séculos foram, gradativamente, aumentando, como pode verificar que nos séculos XVI e XVII foram 6; 9 no século XVIII; 23 no século XIX; 54 no século XX e 76 no século XXI e, sendo que 36 se referem aos surdos, não se chegou, ainda, à metade deste século; contudo, nos primeiros séculos nomeiam-se mais pessoas envolvidas no processo não importando promovem situações a favor ou contra, demonstrando o interesse de pessoas nas pesquisas e mudanças.

No Brasil, dentre os eventos mais importantes para a constituição das políticas de inclusão destacam-se: 1988 - a Constituição da República Federativa do Brasil que estabelece os Direitos Fundamentais e Sociais das Pessoas com Deficiência; em 2002 a oficialização da Libras como o principal meio de comunicação e expressão dos surdos com a Lei Federal 10.436; em 2003 a Portaria 3284 tratou sobre a Acessibilidade à Educação Superior; em 2005 o Decreto nº 5.626 de 22 que garante o acesso à saúde de forma acessível à população surda e em 2010 com a Lei nº 12.319, que regulamentou a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Nos últimos 23 anos, após a oficialização da Libras, iniciou, definitivamente, o reconhecimento da Identidade Surda e sua Cultura, pois outras determinações e regulamentações vieram, sequencialmente, para compor e assegurar a herança Cultural da Comunidade Surda ao aprofundar o grau de compreensão do ser surdo e conceito do ser surdo; contudo, é essencial respeitar e compreender as diversidades o posicionamento de cada pessoa surda quanto sua identidade como pessoa.

Entender e reconhecer que o tempo histórico com diferentes olhares reflete a democratização por meio das políticas ressaltam a acolhida, proteção e integração das pessoas correlacionado à preocupação do Estado e as organizações com inclusão, a diversidade e a responsabilidade com os surdos e as Pessoas com Deficiência.

REFERÊNCIAS

ALPENDRE, E. V. Concepções sobre surdez e linguagem e o aprendizado de leitura. **Programa de Desenvolvimento Educacional**. 2008.

ASSISTIVE TECHNOLOGY ACT de 1998 (P.I.105-394, S.2432). Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/105th-congress/senate-bill/2432>.

BASTOS, L. A. **Proposta de modelo para construção de tecnologia de comunicação em libras para o atendimento primário na saúde**. 2022. 280f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia em Saúde) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Paraná, 2022.

BASTOS, L. A.; PIMENTEL, A. **Libras Dinâmica e Interativa: comunicar: curso de Libras para ouvintes e surdos – básico 1**. Curitiba. 2020. ISBN 978-65-00-03430-1.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. Línguas indígenas de sinais (LIS) livro eletrônico / organização Altaci Correa Rubim, David Kaique Rodrigues dos Santos. 1 ed. Brasília, DF. 2024.

BRASIL. Lei 14.704 de 25 de outubro de 2023. Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 jul. 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. 25 ago. 2009b.

BRASIL. Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. 24 abr. 2007.

BRASIL. Decreto Federal 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei 10.436/2002 que oficializa a Língua Brasileira de Sinais - Libras. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. 22 dez. 2005.

BRASIL. Decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. 02 dez. 2004.

BRASIL. Lei nº 10.988, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Educação de Surdos. Fórum bilingue [Internet]. <https://www.gov.br/ines/pt-br/ciencia-e-tecnologia/forum-bilingue-do-ines>

BRASIL. Arquivo Nacional Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos [Internet]. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/65-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-imperial/327-imperial-instituto-dos-meninos-cegos>

CARVALHO, V. F.; CAMPELLO, A. R. e S. A existência de quatorze identidades surdas. **Humanidades & Inovação**, v. 9 n. 14, 2022.

CHOI, D.; VIEIRA, M. I. da S.; OLIVEIRA, P. R. G. de; NAKASATO, R. **Libras conhecimento além dos sinais** 1ª ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2011.

EUSTAT, 1999. **Educação em tecnologias de apoio para utilizadores finais**: linhas de orientação para formadores. Disponível em: <http://www.siva.it/research/eustat/eustagupt.html>

FRANÇA, A. C. C. V.; ONO, M. M. Interação de pessoas surdas mediada por sistemas de produtos e serviços de comunicação. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 16, n. 59, p. 260-276, jul./dez. 2011.

GARCIA, E. N.; VIEIRA, A. M. D. P. Desafios contemporâneos: o uso da tecnologia assistiva como instrumento facilitador da aprendizagem. **Linguagens, Educação e Sociedade**, [S. l.], n. 40, p. 269–294, 2018. DOI: 10.26694/les.v1i40.7654.

GUERREIRO, P. (Coordenador) **Instituto Benjamin Constant**: 150 anos. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant; 2007.

INTERNACIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 9999:2007 - Assistive products for persons with disability — Classification and terminology. Geneva: ISO, 2007.

INTERNACIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 9999:2011 - Assistive products for persons with disability — Classification and terminology. Geneva: ISO, 2011.

INTERNACIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 9999:2022 - Assistive products — Classification and terminology. Geneva: ISO, 2022.

MIRANDA, R. C. **História dos surdos**. [Internet] Disponível em: <http://mirandalibrassemfronteiras.weebly.com/-histoacuteria-dos-surdos.html>

NASCIMENTO, G. S. X. O imperador dos surdos: entre viagens de Dom Pedro II. In: LIMA, C. E. de O. (organizador) **Ensaio históricos da educação de surdos** [recurso eletrônico] Campo Grande: Ed. UFMS, 2023, p.44-64. 263 p. ISBN: 978-85-7613-642-2.

NÓBREGA, J. D.; ANDRADE, A. B. de; PONTES, R. J. S.; BOSI, M. L. M.; MACHADO, M. M. T. Identidade surda e intervenções em saúde na perspectiva de uma comunidade usuária de língua de sinais. **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(3), p. 671-679, 2012.

NOGUEIRA, A. S.; SILVA, I. R. A construção das identidades surdas no contexto da clínica fonoaudiológica. **Revista Intercâmbio**, volume XVII, p.69-82, 2008. São Paulo: LAEL/PUC-SP. ISSN 1806-275x.

OLIVEIRA, S. R. N. de. Surdo: um estrangeiro em seu país. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2014. DOI: 10.9771/23172428rigs.v3i2.9903.

PERLIN, G. T. T. As Diferentes Identidades Surdas. **Revista da FENEIS** (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) Ano IV – número 14 – abril/junho de 2002.

PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010. 4ª ed. p. 51-73, 192p. ISBN 978-85-87063-17-5.

Portal da câmara dos deputados. Direitos humanos. Comissão aprova uso obrigatório do símbolo internacional de acessibilidade da ONU [Internet].

PERLIN, G. T. T.; MIRANDA, W. Surdos: narra e a política. **Ponto de Vista**, n.05, p. 217-226, 2003. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1282>.

QUADROS, R. M. de. Mariana Klôh Rabello. E85. **Estudo de Surdos III** / Ronice Müller de Quadros (organizadora). – Petrópolis, Rio de Janeiro: Arara Azul, 2008. 300 p.

RODRIGUES, J. R. Uma história a ser re-conhecida: Auguste Bébien e a língua de sinais dos surdos. **Littera: Revista de Estudos Linguísticos e Literários**, [S. l.], v. 12, n. 22, 2021.

RUZZA, M. L. F. Língua de Sinais, Cultura e Identidade: o reconhecimento da Diferença Surda. **Revista Culturas & Fronteiras**, volume 6, nº1 - julho/2022.

SÁ, N. R. L. **Educação de surdos: A caminho do bilinguismo**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1999.

SACKS, O. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras; 2010.

SASSAKI, R. K. Atualizações semânticas na inclusão de pessoas: deficiência mental ou intelectual? Doença ou transtorno mental? **Rev. Nac. de Reabilitação**, a. ix, n.43, mar./abr., 2005, p.9-10.

_____. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 2. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano X, n. 58, set./out. 2007, p.20-30.

SKLIAR, C. B. Um olhar sobre nosso olhar acerca da surdez e as diferenças. In: SKLIAR, C. B. (Org.) **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STOKOE, W. *Sign Language Structure: An outline of the visual communication systems of the american deaf*. **Studies in Linguistics**, n. 8 University of Buffalo; 1960.

STOKOE, W. *Sign Language Structure: An Outline of the Visual Communication Systems of the American Deaf*. February 2005. **Journal of Deaf Studies and Deaf Education** 10(1):3-37. doi:10.1093/deafed/eni001

STROBEL, K. **História da educação de surdos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. (Apostila).

VICENTINO, C. (1994). **História - memória viva** (Brasil: período colonial e republicano). Editora Scipione. 3ª ed; 1994.